

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO n° 254/2019 - PJF PROCESSO n° 03773/2019

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS para a prestação de serviços de manutenção em motocicletas, inclusive borracharia, com o fornecimento de peças**, cujas especificações detalhadas encontram-se no **Anexo VII** que acompanha o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Municipal n° 10.214/2002, do Decreto Municipal n° 7.485/2002, Decreto n° 7.962/2003, a Lei Complementar n° 123/2006, Lei Municipal n°. 12.211 de 2011 demais legislações aplicáveis

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 14:00h do dia 10/01/2020, às 14:30h do dia 23/01/2020;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 15:00h do dia 23/01/2020**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SARH/CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/**. **É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.** Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS para a prestação de serviços de manutenção em motocicletas, inclusive borracharia, com o fornecimento de peças**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo VII que acompanha o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, do Decreto Municipal nº 7.485/2002, Decreto nº 7.962/2003, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº. 12.211 de 2011 e demais legislações aplicáveis.

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Comissão Permanente de Licitação - CPL, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

1.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a CPL darão sequência ao processo de Pregão.

1.5. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

II – DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1. Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a **descrição e unidade de fornecimento** constantes do **Anexo VII** do Edital.

2.1.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

2.1.3. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.4. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

2.1.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

2.2. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4. O julgamento das propostas será pelo **maior percentual de desconto** que será concedido sobre o preço dos catálogos de peças, em algarismo e por extenso, com no máximo duas casas decimais, considerando as condições deste Edital.

2.4.1. O valor de referência da hora técnica (HT) - **prestação de serviços** (mão de obra) - será **fixo**, sendo:

Moto	Valor da hora técnica
Honda	R\$ 74,33
Dafra	R\$ 70,00

2.5. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao **MAIOR DESCONTO** ofertado na etapa de propostas.

2.6.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **PERCENTUAL DE DESCONTO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.8.1. O percentual será aplicado de forma linear a todos os itens constantes dos catálogos.

2.8.2. Não será aceito percentual de desconto igual a 0% (zero por cento).

2.9. Somente serão aceitos os lances cujos valores, em desconto, forem superiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

2.9.1. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

2.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

2.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

2.12. **A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**

2.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

2.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

2.15. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.16. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.16.1. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.17. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, ou seja, maior percentual de desconto, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

2.18. É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

2.19. Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

2.19.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05 (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

2.19.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

2.19.3. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

2.19.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.19.5. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **2.19.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

2.19.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **2.19.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

2.19.7. O procedimento previsto no item **2.19** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

3.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

3.2. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3. A proponente que manifestar a intenção de recurso e a mesma tiver sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

3.4. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

IV – DO OBJETO

4.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária para o **Registro de Preços** objetivando a **prestação de serviços de manutenção em motocicletas, inclusive borracharia, com o fornecimento de peças**, conforme especificações constantes do ANEXO VII, parte integrante deste edital.

4.1.1. As peças serão fornecidas **através do catálogo oficial das montadoras** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços.

4.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.2.1. Os serviços de manutenção e ou substituição de peças deverão ser executados com a autorização da Unidade Requisitante, através de Ordens de Serviço específicas. Caso seja verificada, pelo contratado, necessidade de serviços adicionais que não constem na Ordem de Serviço, deverá haver autorização prévia da Unidade Requisitante para execução dos mesmos.

4.2.2. Todo serviço de manutenção deverá ter garantia de 03 (três) meses ou 3.000 (três mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contados da data da nota fiscal de serviço.

4.2.3. Os serviços deverão ser cobrados com base na tabela de hora técnica padrão Honda e Daфра conforme **Tempo de Mão de Obra (T.M.O) especificado nos catálogos específicos para cada modelo, os quais deverão ser fornecidos pela contratada.**

4.2.4. A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção dentro do perímetro urbano de Juiz de Fora, uma vez que, a Prefeitura não poderá arcar com qualquer despesa para transporte das motocicletas para fora do município, como gasolina, diária de viagem, guincho, entre outros.

4.2.5. A Unidade Requisitante poderá a qualquer tempo, alterar a quantidade de motocicletas, conforme sua necessidade, sem aviso prévio ao contratado.

4.2.6. É de inteira responsabilidade do executor contratado quaisquer avarias em peças e acessórios, em razão dos serviços executados nas motocicletas.

4.2.7. As peças avariadas retiradas das motocicletas deverão ser devolvidas à Unidade Requisitante.

4.2.8. A contratada deverá ter veículo apropriado para transportar as motocicletas no caso das mesmas não terem condições de serem conduzidas até a oficina para orçamento e possíveis reparos.

4.2.9. Os Serviços contratados deverão ser realizados em local apropriado com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramentas adequadas.

4.2.10. As motocicletas encaminhadas para a realização dos serviços contratados deverão permanecer em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, e proteção ao patrimônio público, deixando-os livres de ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

4.2.11. A contratada deverá disponibilizar, sem qualquer ônus adicional para a contratante, profissionais capacitados e todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas e instalações necessárias para a completa e correta realização dos serviços.

4.3. A contratada deverá disponibilizar os catálogos oficiais de peças e de preços em meio digital. Podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, devendo ser comunicado imediatamente a Unidade Requisitante.

4.4. DAS FERRAMENTAS E DOS INSTRUMENTAIS EXIGIDOS

4.4.1. Das Ferramentas:

- a. Jogo de chaves combinadas fixa/estrela de 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 17, 19, 22 e 24;
- b. Martelo de plástico;
- c. Martelo tipo bola;
- d. Torquímetro (de 0,2 kgfm até 16 kgfm);
- e. Alicates de corte;
- f. Alicates de bico;
- g. Alicates de bico curvo;
- h. Alicates de trava interna;
- i. Alicates de trava externa;
- j. Alicates tipo universal;
- k. Alicates tipo bomba d'água;
- l. Chaves tipo "T" soquete de 6 a 19 mm;
- m. Cálculo de lâminas completo (de 0,05 a 1 mm);
- n. Lâmina de 0,03 mm;
- o. Lâmina de 0,05 mm;
- p. Lâmina de 0,08 mm;
- q. Lâmina de 0,10 mm;
- r. Lâmina de 0,12 mm;
- s. Chave tipo Allen sextavada de 5mm, 6mm, 8mm;
- t. Chave de vela de 16 e 18 mm;
- u. Chaves tipo "T" Phillips;
- v. Chaves de fenda;
- w. Jogo de soquetes com encaixe de 3/8". Um jogo de 8, 10, 12, 14, 17, 19, 22, 24 e 32mm
- x. Chave tipo catraca com encaixe de 3/8"
- y. Junta universal encaixe de 3/8"
- z. Painel de Ferramentas
- aa. Bancada de serviços;
- bb. Plataforma elevatória.

4.4.2. Dos Instrumentos:

- a. Multiteste minipa ou similar com escala de medição de ACV, DCV< resistência e DCA mínimo de 10A até 20 Adigital;
- b. Densímetro;
- c. Paquímetro de 150mm com 20 divisões (0,05mm)
- d. Relógio comparador milesimal para adaptação em subto;
- e. Subto para medição de cilindro de 0-150mm;
- f. Apalpador;
- g. Medidor de compressão do cilindro;
- h. Tacômetro digital;
- i. Manômetro de compressão de óleo;
- j. Base magnética para apalpador com relógio comparador;
- k. Lâmpada estroboscópica;
- l. Carregador e testador de baterias;
- m. Micrômetro milesimal externo de 0 a 25mm;

- n. Micrômetro milesimal externo de 25 a 50 mm;
- o. Micrômetro milesimal externo de 50 a 75mm;
- p. Proveta graduada de 200 ml
- q. Termômetros para medição de temperaturas da válvula de 150G para refrigeração da água;
- r. Adaptador de pico de voltagem.

4.5. A SESUC, através de um servidor designado, fará visita às instalações da sociedade empresária melhor classificada no certame para verificar se a mesma atende a todas as exigências do Edital especificamente quanto as ferramentas e instrumentos exigidos, emitindo para tanto parecer aprovando as instalações/ferramentas.

4.5.1. No caso da não aprovação das instalações/ferramentas pela SESUC, será convocada a 2ª sociedade empresária melhor classificada na etapa de lances, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma empresa que atenda aos requisitos da SESUC.

V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de interessados que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública do Município de Juiz de Fora.

5.2. As sociedades empresárias interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

VI - DOS LANCES NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS

6.1. Tendo o proponente sido qualificado pelo pregoeiro, poderá ele participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

6.1.1. Os lances durante a sessão somente serão aceitos se apresentarem preços inferiores àquele que for o de menor preço.

6.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.1.3. Os proponentes somente terão acesso ao valor do menor lance, não sendo para eles identificado o proponente.

6.2. A duração da sessão de disputa de preços, prevista no preâmbulo deste edital, poderá sofrer alterações de acordo com o disposto no Decreto nº 7.485/02, que regulamenta a matéria.

6.2.1. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

VII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais,

equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

7.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7.3. O pagamento será efetuado pela Secretaria da Fazenda da PJF, creditado em favor da contratada, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal e liberação da mesma pelo setor competente, mediante ordem bancária na seguinte conta do contratado:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

7.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

7.5. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

7.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 7.5 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria da Fazenda da PJF autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

7.7. A Secretaria da Fazenda da PJF poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força da contratação.

7.8. Quando ocorrer a situação prevista no subitem 7.7, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

7.9. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

7.10. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da SF, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

7.11. Para a hipótese definida no item 7.10, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

7.12. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

7.12.1. O ISSQN será retido no percentual de 5%, previsto no item 03.02 da lista de serviços do art. 1º da

Lei nº 10.630/03, nos termos do art. 47 do mesmo dispositivo legal, sendo o ISS devido no local de sua prestação por se tratar de prestação de serviços de uso temporário.

Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota a qual está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (resolução CGSN nº 51/08, que hoje está em 5% cinco por cento). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável, deverá reter o imposto com base na maior alíquota do simples nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.12.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

7.13. A despesa com o objeto em questão correrá a conta da dotação orçamentária, saldo disponível na dotação para o exercício de 2019, mediante a devida previsão financeira nº

- **SESUC:** UG 181100.04.122.0007.2004.0000 - Natureza de Despesa 3.3.90.39.05 - Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica.

- **SEMAUR:** 161100.18.122.0005.2067.0000.010.116.710.3.3.90.30 / 33.90.39.

- **SO:** 091100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.30.

VIII - DA HABILITAÇÃO

8.1. Para **habilitação**, deverá a sociedade empresária vencedora apresentar, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, **postando os mesmos em até 48 (quarenta e oito) horas**, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. **Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o seguinte endereço: Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação - Av. Brasil, 2001, 6º andar - Centro - Juiz de Fora, MG - CEP: 36060-010. Não aceitaremos a documentação via Fax ou e-mail.**

8.1.1. Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação dentro do prazo estabelecido na cláusula anterior.

8.1.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

8.1.3. Os documentos deverão ser apresentados de forma organizada, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos ou misturados.

8.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

8.1.5. Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

8.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

8.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

8.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

8.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

8.2.4.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

8.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

8.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

8.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

8.2.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

8.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

8.2.7 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

8.2.8 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

8.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

8.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

8.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

8.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7 – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.3.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.3.7.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

8.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

8.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou

- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 8.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

8.4.2.1. O item 8.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

8.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

8.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

8.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

8.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

8.5.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

8.6 - Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

8.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

8.8 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3 e 8.4.3, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

8.9 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

8.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

IX - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

9.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

9.2. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e logo após será convocado o adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a subsecretaria.

9.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. Decorrido o prazo do item 9.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata de RP, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

9.4.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

9.4.2. Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.4.3. A multa de que trata o item **9.4.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5. A Administração Pública através da(s) Unidade(s) Requisitante(s) nos termos preceituados pela legislação específica ou, conforme o caso, convocará o Detentor da Ata de Registro de Preços para formalizar o termo contratual.

9.5.1. A Administração Pública tem a faculdade de formalizar termo contratual, a partir e durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos preceituados pela legislação específica, podendo substituí-lo por outros documentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

9.6 - DO CONTRATO

9.6.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.6.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.6.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

9.6.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

X – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

10.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

XI - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

11.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93 ou contrato, conforme o caso.

11.2. A contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de Registro de Preços.

11.3. A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) deverá(o) ser anexada(s) ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

11.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação dos serviços ou fornecimento das peças a terceiros, mesmo que solicitados por seus servidores.

11.5. A prestação dos serviços e fornecimento de peças deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste documento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer serviço ou peça, responderá a contratada por danos causados à unidade requisitante, oriundos da prestação dos serviços ou fornecimento das peças em condições inadequadas.

XII – DA ENTREGA E DOS PRAZOS

12.1. A entrega do objeto será feita ao servidor responsável, no prazo e endereço indicados na Ordem de Serviço, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências da UG.

12.1.1. SESUC: Os endereços para entrega das motocicletas reparadas será na sede da Guarda Municipal situada à Rua Professor Ernesto Evangelista, 140 - São Bernardo, Juiz de Fora - MG, e na sede da Subsecretaria de Defesa Civil, situada na Av. Garibaldi Campinhos, 169 - Vitorino Braga, Juiz de Fora - MG, ou em outro endereço indicado na Ordem de Serviço emitida pela Unidade Requisitante.

12.1.2. SEMAUR: O endereço para entrega será na Av. Barão do Rio Branco, 1.843 - 6º andar - Juiz de Fora - MG.

12.1.3. SO: O endereço para entrega será Rua Osório de Almeida, 689 - Poço Rico - Juiz de Fora - MG.

12.2. Os serviços de manutenção terão prazo máximo de **48** (quarenta e oito) horas para serem atendidos, a contar a partir da data e horário de entrada na oficina mecânica da contratada, exceto casos justificados tecnicamente.

12.3. Os serviços de retífica de motor terão prazo de **5** (cinco) dias úteis para serem executados a contar da data de entrada na oficina mecânica da contratada, exceto casos justificados tecnicamente.

12.4. A data de entrada e horário serão definidas mediante agendamento com a Contratada.

12.5. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

12.6. Na hipótese da não aceitação do serviço, o mesmo deverá retornar a oficina e acionar a garantia dos serviços e/ou das peças.

12.7. As peças substituídas deverão ser entregues juntamente com a motocicleta reparada.

12.8. O recebimento do objeto dar-se-á pelo setor competente:

12.8.1. Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e testes de funcionamento;

12.8.2. Definitivamente: após a verificação de que o objeto entregue possui todas as características consignadas na especificação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

12.8.3. Após o recebimento, caso a entrega esteja de acordo com o exigido, as notas fiscais serão atestadas pelo DEIN/UR e encaminhadas para pagamento.

XIII - DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Da Unidade Requisitante:

13.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, responsável pela fiscalização do contrato, a prestação dos serviços e/ou o fornecimento das peças, conforme as necessidades da unidade requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização da Unidade Requisitante, que atestará o recebimento gradual do objeto.

13.1.2. Conferir se o objeto está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução do objeto nas condições técnicas necessárias.

13.1.3. Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

13.1.4. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução do contrato e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

13.1.5. Solicitar a substituição do objeto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

13.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

13.1.7. Impedir que terceiros prestem os serviços ou forneçam as peças objeto do contrato.

13.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

13.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

13.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

13.2.1. Executar o objeto especificado na **ordem de serviço/autorização de compra**, de acordo com as necessidades, requisições e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas em contrato.

13.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

13.2.3. Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

13.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado e peça fornecida, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

13.2.5. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

13.2.5.1. Substituir todo e qualquer objeto fornecido com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia.

13.2.5.2. Efetuar a troca do produto considerado sem condições de uso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo setor competente.

13.2.6. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

13.2.7. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do contrato, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

13.2.8. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade a terceiros, sem o expresso consentimento da unidade requisitante.

13.2.9. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

13.2.9.1. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura de Juiz de Fora.

13.2.10. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a unidade requisitante ou a terceiros, durante a execução do contrato, incluindo o transporte e o frete, se for o caso, e por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da unidade requisitante, podendo esta, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da contratada,
- b) medida judicial apropriada, a critério da unidade requisitante.

13.2.11. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIV - DAS PENALIDADES E RESCISÃO

14.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

14.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

14.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

14.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

14.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 14.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

14.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 14.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

14.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

14.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

14.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

14.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

14.10. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços e peças entregues será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

15.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução do objeto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

15.2.1. O recebimento definitivo do objeto do contrato, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SARH/CPL/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187/8492, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

16.8. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **SARH/CPL/PJF** obedecida a legislação vigente.

16.8.1. O Decreto nº 13.602/2019 Regulamenta a organização e as atribuições da Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SARH, instituída pela Lei nº 13.830/2019, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Município de Juiz de Fora, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências.

16.8.2. O Decreto nº 13.602/2019 determina as competências da **Comissão Permanente de Licitação - CPL, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

16.9. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Anexo VI – Minuta de Contrato.

Anexo VI.A – Modelo de Termo de Autorização de Compra ***(Para o Fornecimento das Peças)***

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF
ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ----- /..... - -----
PROCESSO nº 03773/2019 – PE nº 254/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

(deverá ser preenchido conforme orientação da AJLC/CPL/SARH)

A, doravante denominada, e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, através de seu(ua), Sr(a), e a sociedade empresária, estabelecida na Rua/Avenida, nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, R.G. nº, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº.10.520/2002 e Decreto Municipal nº.7.485/2002, Decreto Municipal nº.7.962/2003, Decreto nº 13.602/2019 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **03773/2019**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº.8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações **para a prestação de serviços de manutenção em motocicletas, inclusive borracharia, com o fornecimento de peças**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº. 03773/2019, Pregão Eletrônico nº. 254/2019, para atender demanda da Secretaria de Obras (**SO**), Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (**SESUC**) e Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (**SEMAUR**), doravante denominadas **UNIDADES REQUISITANTES**.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item nº	Objeto/ Descrição	Percentual de Desconto sobre o Catálogo (%)
01	Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda	
02	Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Dafra	
03	Catálogo de Peças Originais para motocicleta Honda	

2.1.1. O percentual registrado deverá ser aplicado de forma linear a todos os itens constantes da tabela vigente.

2.2. O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - é fixo, sendo:

Moto	Valor da hora técnica
Honda	R\$ 74,33
Dafra	R\$ 70,00

2.3. Valor estimado de consumo para cada Unidade Requisitante participante da Ata de Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses:

a) Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SESUC): Valor total estimado – R\$ 6.000,00

a.1) Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda - R\$ 3.000,00

a.2) Serviços de manutenção p/motocicleta Honda - R\$ 3.000,00

b) Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (SEMAUR): Valor total estimado – R\$ 4.465,18

b.1) Catálogo de Peças Originais para motocicleta Honda - R\$ 3.625,18

b.2) Serviços de manutenção p/motocicleta Honda - R\$ 840,00

c) Secretaria de Obras (SO): Valor total estimado – R\$ 15.000,00

c.1) Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda - R\$ 6.000,00

c.2) Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Dafra - R\$ 1.500,00

c.3) Serviços de manutenção p/motocicleta Honda - R\$ 6.000,00

c.4) Serviços de manutenção p/motocicleta Dafra - R\$ 1.500,00

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

3.3 – Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4 - Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 254/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 - As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato, ou outro documento hábil, entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada.

4.2 – O **FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término do contrato dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

4.3 - Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de contrato ou documento hábil.

4.4 - A cópia da Nota de Empenho ou outro de documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1 – O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE** seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2 – Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3 – Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4 – Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1 – Pela **UNIDADE GESTORA**:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;

- b) quando o **FORNECEDOR** não formalizar a contratação decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- i) a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2 – Pelo **FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.3 – O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO

7.1 - A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

7.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1 – O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

9.3 - Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 9.2, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1 - Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 9.2, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4 - O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7962/2003.

9.6 – As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8 – Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9 – As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10 – Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº.8.666/93.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 254/2019**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº.8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº.7485/2002 no que não colidir com a primeira, Decreto nº.7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20.....

GESTOR
Representante Legal

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.: _____

Ass.: _____

Nome: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

C.P.F.: _____

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr. (a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado,
telefone(s), e-mail para contato, neste
ato representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os
requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 254/2019**, assim como
tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo

(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica/Unidade Requisitante)

....., neste ato representado por seu Sr., com interveniência do (a) Secretário (a) de Sr., doravante denominado MUNICÍPIO e a estabelecida à rua n.º, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019**, conforme consta do **processo** administrativo próprio nº **03773/2019** e Ata de Registro de Preços nº, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento, conforme Ata de Registro de Preços nº, e especificações do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº/2019, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.1.1. As peças serão fornecidas **através do catálogo oficial das montadoras** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços.

1.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1.2.1. Os serviços de manutenção e ou substituição de peças deverão ser executados com a autorização da Unidade Requisitante, através de Ordens de Serviço específicas. Caso seja verificada, pelo contratado, necessidade de serviços adicionais que não constem na Ordem de Serviço, deverá haver autorização prévia da Unidade Requisitante para execução dos mesmos.

1.2.2. Todo serviço de manutenção deverá ter garantia de 03 (três) meses ou 3.000 (três mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contados da data da nota fiscal de serviço.

1.2.3. Os serviços deverão ser cobrados com base na tabela de hora técnica padrão Honda e Dafra conforme **Tempo de Mão de Obra (T.M.O) especificado nos catálogos específicos para cada modelo, os quais deverão ser fornecidos pela contratada.**

1.2.4. A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção dentro do perímetro urbano de Juiz de Fora, uma vez que, a Prefeitura não poderá arcar com qualquer despesa para transporte das motocicletas para fora do município, como gasolina, diária de viagem, guincho, entre outros.

1.2.5. A Unidade Requisitante poderá a qualquer tempo, alterar a quantidade de motocicletas, conforme sua necessidade, sem aviso prévio ao contratado.

1.2.6. É de inteira responsabilidade do executor contratado quaisquer avarias em peças e acessórios, em razão dos serviços executados nas motocicletas.

1.2.7. As peças avariadas retiradas das motocicletas deverão ser devolvidas à Unidade Requisitante.

1.2.8. A contratada deverá ter veículo apropriado para transportar as motocicletas no caso das mesmas não terem condições de serem conduzidas até a oficina para orçamento e possíveis reparos.

1.2.9. Os Serviços contratados deverão ser realizados em local apropriado com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramentas adequadas.

1.2.10. As motocicletas encaminhadas para a realização dos serviços contratados deverão permanecer em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, e proteção ao patrimônio público, deixando-os livres de ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

1.2.11. A contratada deverá disponibilizar, sem qualquer ônus adicional para a contratante, profissionais capacitados e todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas e instalações necessárias para a completa e correta realização dos serviços.

1.3. A contratada deverá disponibilizar os catálogos oficiais de peças e de preços em meio digital. Podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, devendo ser comunicado imediatamente a Unidade Requisitante.

1.4. DAS FERRAMENTAS E DOS INSTRUMENTAIS EXIGIDOS

1.4.1. Das Ferramentas:

- a. Jogo de chaves combinadas fixa/estrela de 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 17, 19, 22 e 24;
- b. Martelo de plástico;
- c. Martelo tipo bola;
- d. Torquímetro (de 0,2 kgfm até 16 kgfm);
- e. Alicates de corte;
- f. Alicates de bico;
- g. Alicates de bico curvo;
- h. Alicates de trava interna;
- i. Alicates de trava externa;
- j. Alicates tipo universal;
- k. Alicates tipo bomba d'água;
- l. Chaves tipo "T" soquete de 6 a 19 mm;
- m. Cálibre de lâminas completo (de 0,05 a 1 mm);
- n. Lâmina de 0,03 mm;
- o. Lâmina de 0,05 mm;
- p. Lâmina de 0,08 mm;
- q. Lâmina de 0,10 mm;
- r. Lâmina de 0,12 mm;
- s. Chave tipo Allen sextavada de 5mm, 6mm, 8mm;
- t. Chave de vela de 16 e 18 mm;
- u. Chaves tipo "T" Phillips;
- v. Chaves de fenda;
- w. Jogo de soquetes com encaixe de 3/8". Um jogo de 8, 10, 12, 14, 17, 19, 22, 24 e 32mm
- x. Chave tipo catraca com encaixe de 3/8"
- y. Junta universal encaixe de 3/8"
- z. Paineis de Ferramentas
- aa. Bancada de serviços;
- bb. Plataforma elevatória.

1.4.2. Dos Instrumentos:

- a. Multiteste minipa ou similar com escala de medição de ACV, DCV< resistência e DCA mínimo de 10A até 20 Adigital;
- b. Densímetro;
- c. Paquímetro de 150mm com 20 divisões (0,05mm)
- d. Relógio comparador milesimal para adaptação em subto;
- e. Subto para medição de cilindro de 0-150mm;
- f. Apalpador;
- g. Medidor de compressão do cilindro;
- h. Tacômetro digital;
- i. Manômetro de compressão de óleo;
- j. Base magnética para apalpador com relógio comparador;
- k. Lâmpada estroboscópica;
- l. Carregador e testador de baterias;
- m. Micrômetro milesimal externo de 0 a 25mm;
- n. Micrômetro milesimal externo de 25 a 50 mm;
- o. Micrômetro milesimal externo de 50 a 75mm;
- p. Proveta graduada de 200 ml
- q. Termômetros para medição de temperaturas da válvula de 150G para refrigeração da água;
- r. Adaptador de pico de voltagem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato, tem o **valor global estimado para o período de 12 (doze) meses de R\$** (.....), conforme valores abaixo:

Tipo de veículo	Total serviços	Total peças	Total geral
Motocicleta Honda			
Motocicleta Dafra			

2.1.1. O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - é fixo, sendo:

Moto	Valor da hora técnica
Honda	R\$ 74,33
Dafra	R\$ 70,00

2.1.2. Desconto registrado a ser concedido ao Município, quando da reposição de peça:

Item nº	Objeto/ Descrição	Desconto registrado (%)
01	Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda	
02	Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Dafra	
03	Catálogo de Peças Originais para motocicleta Honda	

2.1.2.1. O percentual registrado deverá ser aplicado de forma linear a todos os itens constantes da tabela vigente.

2.1.3. O MUNICÍPIO pagará mensalmente, à Contratada o valor correspondente à parcela do contrato executada no mês, conforme nota Fiscal, observados os preços unitários e descontos registrados.

2.2. O pagamento será efetuado pela Secretaria da Fazenda da PJF, creditado em favor da contratada, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal e liberação da mesma pelo setor competente, mediante ordem bancária na seguinte conta do contratado:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

2.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

2.5. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria da Fazenda da PJF autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

2.6. A Secretaria da Fazenda da PJF poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força da contratação.

2.7. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **2.6**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.8. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.9. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da SF, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

2.10. Para a hipótese definida no item **2.9**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

2.11. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

2.11.1. O ISSQN será retido no percentual de 5%, previsto no item 03.02 da lista de serviços do art. 1º da Lei nº 10.630/03, nos termos do art. 47 do mesmo dispositivo legal, sendo o ISS devido no local de sua prestação por se tratar de prestação de serviços de uso temporário.

Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota a qual está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (resolução CGSN nº 51/08, que hoje está em 5% cinco por cento). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável, deverá reter o imposto com base na maior alíquota do simples nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

2.11.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

2.12. A despesa com o objeto em questão correrá a conta da dotação orçamentária, saldo disponível na dotação para o exercício de 2019, mediante a devida previsão financeira nº

.....

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A entrega do objeto será feita ao servidor responsável, no prazo e endereço indicados na Ordem de Serviço, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências da UG.

“.....4.1.1. SESUC: Os endereços para entrega das motocicletas reparadas será na sede da Guarda Municipal situada à Rua Professor Ernesto Evangelista, 140 - São Bernardo, Juiz de Fora - MG, e na sede da Subsecretaria de Defesa Civil, situada na Av. Garibaldi Campinhos, 169 - Vitorino Braga, Juiz de Fora - MG, ou em outro endereço indicado na Ordem de Serviço emitida pela Unidade Requisitante.

4.1.2. SEMAUR: O endereço para entrega será na Av. Barão do Rio Branco, 1.843 - 6º andar - Juiz de Fora - MG.

4.1.3. SO: O endereço para entrega será Rua Osório de Almeida, 689 - Poço Rico - Juiz de Fora - MG.....”

4.2. Os serviços de manutenção terão prazo máximo de **48** (quarenta e oito) horas para serem atendidos, a contar a partir da data e horário de entrada na oficina mecânica da contratada, exceto casos justificados tecnicamente.

4.3. Os serviços de retífica de motor terão prazo de **5** (cinco) dias úteis para serem executados a contar da data de entrada na oficina mecânica da contratada, exceto casos justificados tecnicamente.

4.4. A data de entrada e horário serão definidas mediante agendamento com a Contratada.

4.5. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.6. Na hipótese da não aceitação do serviço, o mesmo deverá retornar a oficina e acionar a garantia dos serviços e/ou das peças.

4.7. As peças substituídas deverão ser entregues juntamente com a motocicleta reparada.

4.8. O recebimento do objeto dar-se-á pelo setor competente:

4.8.1. Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e testes de funcionamento;

4.8.2. Definitivamente: após a verificação de que o objeto entregue possui todas as características consignadas na especificação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

4.8.3. Após o recebimento, caso a entrega esteja de acordo com o exigido, as notas fiscais serão atestadas pelo DEIN/UR e encaminhadas para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Unidade Requisitante:

5.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, responsável pela fiscalização do contrato, a prestação dos serviços e/ou o fornecimento das peças, conforme as necessidades da unidade requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização da Unidade Requisitante, que atestará o recebimento gradual do objeto.

5.1.2. Conferir se o objeto está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução do objeto nas condições técnicas necessárias.

5.1.3. Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

5.1.4. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução do contrato e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.5. Solicitar a substituição do objeto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

5.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.1.7. Impedir que terceiros prestem os serviços ou forneçam as peças objeto do contrato.

5.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

5.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

5.2. Da Sociedade Empresária Contratada:

5.2.1. Executar o objeto especificado na **ordem de serviço/autorização de compra**, de acordo com as necessidades, requisições e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas em contrato.

5.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

5.2.3. Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

5.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado e peça fornecida, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.2.5. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

5.2.5.1. Substituir todo e qualquer objeto fornecido com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia.

5.2.5.2. Efetuar a troca do produto considerado sem condições de uso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo setor competente.

5.2.6. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.2.7. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do contrato, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

5.2.8. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade a terceiros, sem o expresse consentimento da unidade requisitante.

5.2.9. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

5.2.9.1. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura de Juiz de Fora.

5.2.10. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a unidade requisitante ou a terceiros, durante a execução do contrato, incluindo o transporte e o frete, se for o caso, e por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da unidade requisitante, podendo esta, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da contratada,
- b) medida judicial apropriada, a critério da unidade requisitante.

5.2.11. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

6.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;

- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

7.1.2. A contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de Registro de Preços.

7.1.3. A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) deverá(o) ser anexada(s) ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

7.1.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação dos serviços ou fornecimento das peças a terceiros, mesmo que solicitados por seus servidores.

7.1.5. A prestação dos serviços e fornecimento de peças deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste documento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer serviço ou peça, responderá a contratada por danos causados à unidade requisitante, oriundos da prestação dos serviços ou fornecimento das peças em condições inadequadas.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.2.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços e peças entregues será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

7.2.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução do objeto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

7.2.2.1. O recebimento definitivo do objeto do contrato, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO

8.1 - A CONTRATADA somente poderá ceder, parcialmente, o objeto do contrato, mediante prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa e desde que o cessionário preencha os requisitos de habilitação jurídica, financeira, técnica e fiscal consignados no ato convocatório do certame.

CLÁUSULA NONA DAS COMUNICAÇÕES

9.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ___ de _____ de 2019

Prefeito

Secretária(o)

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO VIA - MINUTA - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS

(Para Fornecimento das Peças)

(Deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica Local)

Objeto:, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus Anexos, oriundo do Processo Licitatório nº 0...../20.....

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº, através da (UG) neste ato representada pelo seu (*gestor*) Sr., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **nos termos do art. 62 § 2º da Lei nº 8.666/93, AUTORIZA** a entrega dos materiais abaixo especificados, que serão fornecidos pela Empresa, sediada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS DO OBJETO:

Item	Especificações	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Valor Total da aquisição acima especificada: R\$

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compras, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de fornecimento, prazo de entrega, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do **Pregão Eletrônico nº/20.....** e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº

UG (.....)

De acordo: Empresa

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº _____ emitida em favor de minha empresa em ___/___/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do **Pregão Eletrônico nº/20.....**, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compras, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora,..... de de 20.....

Empresa: _____

CNPJ: _____

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 254/2019 - PJF

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. UNIDADES REQUISITANTES

Secretaria de Obras (SO), Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SESUC) e Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (SEMAUR).

2. OBJETO

2.1. Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para a prestação de serviços de manutenção, inclusive borracharia, em motocicletas, com o fornecimento de peças.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.2.1. Os serviços de manutenção e ou substituição de peças deverão ser executados com a autorização da Unidade Requisitante, através de Ordens de Serviço específicas. Caso seja verificada, pelo contratado, necessidade de serviços adicionais que não constem na Ordem de Serviço, deverá haver autorização prévia da Unidade Requisitante para execução dos mesmos.

2.2.2. Todo serviço de manutenção deverá ter garantia de 03 (três) meses ou 3.000 (três mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contados da data da nota fiscal de serviço.

2.2.3. Os serviços deverão ser cobrados com base na tabela de hora técnica padrão Honda e Dafra conforme **Tempo de Mão de Obra (T.M.O) especificado nos catálogos específicos para cada modelo, os quais deverão ser fornecidos pela contratada.**

2.2.4. A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção dentro do perímetro urbano de Juiz de Fora, uma vez que, a Prefeitura não poderá arcar com qualquer despesa para transporte das motocicletas para fora do município, como gasolina, diária de viagem, guincho, entre outros.

2.2.5. A Unidade Requisitante poderá a qualquer tempo, alterar a quantidade de motocicletas, conforme sua necessidade, sem aviso prévio ao contratado.

2.2.6. É de inteira responsabilidade do executor contratado quaisquer avarias em peças e acessórios, em razão dos serviços executados nas motocicletas.

2.2.7. As peças avariadas retiradas das motocicletas deverão ser devolvidas à Unidade Requisitante.

2.2.8. A contratada deverá ter veículo apropriado para transportar as motocicletas no caso das mesmas não terem condições de serem conduzidas até a oficina para orçamento e possíveis reparos.

2.2.9. Os Serviços contratados deverão ser realizados em local apropriado com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramentas adequadas.

2.2.10. As motocicletas encaminhadas para a realização dos serviços contratados deverão permanecer em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, e proteção ao patrimônio público, deixando-os livres de ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

2.2.11. A contratada deverá disponibilizar, sem qualquer ônus adicional para a contratante, profissionais capacitados e todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas e instalações necessárias para a completa e correta realização dos serviços.

2.3. A contratada deverá disponibilizar os catálogos oficiais de peças e de preços em meio digital. Podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, devendo ser comunicado imediatamente a Unidade Requisitante.

2.4. DAS FERRAMENTAS E DOS INSTRUMENTAIS EXIGIDOS

2.4.1. Das Ferramentas:

- a. Jogo de chaves combinadas fixa/estrela de 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 17, 19, 22 e 24;
- b. Martelo de plástico;
- c. Martelo tipo bola;
- d. Torquímetro (de 0,2 kgfm até 16 kgfm);
- e. Alicates de corte;
- f. Alicates de bico;
- g. Alicates de bico curvo;
- h. Alicates de trava interna;
- i. Alicates de trava externa;
- j. Alicates tipo universal;
- k. Alicates tipo bomba d'água;
- l. Chaves tipo "T" soquete de 6 a 19 mm;
- m. Cálibre de lâminas completo (de 0,05 a 1 mm);
- n. Lâmina de 0,03 mm;
- o. Lâmina de 0,05 mm;
- p. Lâmina de 0,08 mm;
- q. Lâmina de 0,10 mm;
- r. Lâmina de 0,12 mm;
- s. Chave tipo Allen sextavada de 5mm, 6mm, 8mm;
- t. Chave de vela de 16 e 18 mm;
- u. Chaves tipo "T" Phillips;
- v. Chaves de fenda;
- w. Jogo de soquetes com encaixe de 3/8". Um jogo de 8, 10, 12, 14, 17, 19, 22, 24 e 32mm
- x. Chave tipo catraca com encaixe de 3/8"
- y. Junta universal encaixe de 3/8"
- z. Painel de Ferramentas
- aa. Bancada de serviços;
- bb. Plataforma elevatória.

2.4.2. Dos Instrumentos:

- a. Multiteste minipa ou similar com escala de medição de ACV, DCV< resistência e DCA mínimo de 10A até 20 Adigital;
- b. Densímetro;
- c. Paquímetro de 150mm com 20 divisões (0,05mm)
- d. Relógio comparador milesimal para adaptação em subto;
- e. Subto para medição de cilindro de 0-150mm;
- f. Apalpador;
- g. Medidor de compressão do cilindro;
- h. Tacômetro digital;
- i. Manômetro de compressão de óleo;
- j. Base magnética para apalpador com relógio comparador;

- k. Lâmpada estroboscópica;
- l. Carregador e testador de baterias;
- m. Micrômetro milesimal externo de 0 a 25mm;
- n. Micrômetro milesimal externo de 25 a 50 mm;
- o. Micrômetro milesimal externo de 50 a 75mm;
- p. Proveta graduada de 200 ml
- q. Termômetros para medição de temperaturas da válvula de 150G para refrigeração da água;
- r. Adaptador de pico de voltagem.

2.5. A SESUC, através de um servidor designado, fará visita às instalações da sociedade empresária melhor classificada no certame para verificar se a mesma atende a todas as exigências do Edital especificamente quanto as ferramentas e instrumentos exigidos, emitindo para tanto parecer aprovando as instalações/ferramentas.

2.5.1. No caso da não aprovação das instalações/ferramentas pela SESUC, será convocada a 2ª sociedade empresária melhor classificada na etapa de lances, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma empresa que atenda aos requisitos da SESUC.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

3.2. A contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de Registro de Preços.

3.3. A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) deverá(o) ser anexada(s) ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

3.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação dos serviços ou fornecimento das peças a terceiros, mesmo que solicitados por seus servidores.

3.5. A prestação dos serviços e fornecimento de peças deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste documento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer serviço ou peça, responderá a contratada por danos causados à unidade requisitante, oriundos da prestação dos serviços ou fornecimento das peças em condições inadequadas.

4. DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A entrega do objeto será feita ao servidor responsável, no prazo e endereço indicados na Ordem de Serviço, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências da UG.

4.1.1. SESUC: Os endereços para entrega das motocicletas reparadas será na sede da Guarda Municipal situada à Rua Professor Ernesto Evangelista, 140 - São Bernardo, Juiz de Fora - MG, e na sede da Subsecretaria de Defesa Civil, situada na Av. Garibaldi Campinhos, 169 - Vitorino Braga, Juiz de Fora - MG, ou em outro endereço indicado na Ordem de Serviço emitida pela Unidade Requisitante.

4.1.2. SEMAUR: O endereço para entrega será na Av. Barão do Rio Branco, 1.843 - 6º andar - Juiz de Fora - MG.

4.1.3. SO: O endereço para entrega será Rua Osório de Almeida, 689 - Poço Rico - Juiz de Fora - MG.

4.2. Os serviços de manutenção terão prazo máximo de **48** (quarenta e oito) horas para serem atendidos, a contar a partir da data e horário de entrada na oficina mecânica da contratada, exceto casos justificados tecnicamente.

4.3. Os serviços de retífica de motor terão prazo de **5** (cinco) dias úteis para serem executados a contar da data de entrada na oficina mecânica da contratada, exceto casos justificados tecnicamente.

4.4. A data de entrada e horário serão definidas mediante agendamento com a Contratada.

4.5. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.6. Na hipótese da não aceitação do serviço, o mesmo deverá retornar a oficina e acionar a garantia dos serviços e/ou das peças.

4.7. As peças substituídas deverão ser entregues juntamente com a motocicleta reparada.

4.8. O recebimento do objeto dar-se-á pelo setor competente:

4.8.1. Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e testes de funcionamento;

4.8.2. Definitivamente: após a verificação de que o objeto entregue possui todas as características consignadas na especificação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

4.8.3. Após o recebimento, caso a entrega esteja de acordo com o exigido, as notas fiscais serão atestadas pelo DEIN/UR e encaminhadas para pagamento.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Unidade Requisitante:

5.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, responsável pela fiscalização do contrato, a prestação dos serviços e/ou o fornecimento das peças, conforme as necessidades da unidade requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização da Unidade Requisitante, que atestará o recebimento gradual do objeto.

5.1.2. Conferir se o objeto está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução do objeto nas condições técnicas necessárias.

5.1.3. Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

5.1.4. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução do contrato e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.5. Solicitar a substituição do objeto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

5.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.1.7. Impedir que terceiros prestem os serviços ou forneçam as peças objeto do contrato.

5.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

5.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

5.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

5.2.1. Executar o objeto especificado na **ordem de serviço/autorização de compra**, de acordo com as necessidades, requisições e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas em contrato.

5.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

5.2.3. Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

5.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado e peça fornecida, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.2.5. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

5.2.5.1. Substituir todo e qualquer objeto fornecido com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia.

5.2.5.2. Efetuar a troca do produto considerado sem condições de uso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo setor competente.

5.2.6. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.2.7. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do contrato, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

5.2.8. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade a terceiros, sem o expresso consentimento da unidade requisitante.

5.2.9. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

5.2.9.1. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura de Juiz de Fora.

5.2.10. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a unidade requisitante ou a terceiros, durante a execução do contrato, incluindo o transporte e o frete, se for o caso, e por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da unidade requisitante, podendo esta, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

a) dedução de créditos da contratada,

b) medida judicial apropriada, a critério da unidade requisitante.

5.2.11. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

6.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços e peças entregues será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

6.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução do objeto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

6.2.1. O recebimento definitivo do objeto do contrato, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

7. DO PAGAMENTO E RECURSO ORÇAMENTÁRIO E PREVISÃO FINANCEIRA

7.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria da Fazenda da PJF, creditado em favor da contratada, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal e liberação da mesma pelo setor competente, mediante ordem bancária na seguinte conta do contratado:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

7.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

7.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

7.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **7.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria da Fazenda da PJF autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

7.5. A Secretaria da Fazenda da PJF poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força da contratação.

7.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **7.5**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

7.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

7.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da SF, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = valor da parcela em atraso.

7.9. Para a hipótese definida no item **7.8**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

7.10. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

7.10.1. O ISSQN será retido no percentual de 5%, previsto no item 03.02 da lista de serviços do art. 1º da Lei nº 10.630/03, nos termos do art. 47 do mesmo dispositivo legal, sendo o ISS devido no local de sua prestação por se tratar de prestação de serviços de uso temporário.

Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota a qual está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (resolução CGSN nº 51/08, que hoje está em 5% cinco por cento). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável, deverá reter o imposto com base na maior alíquota do simples nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.10.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

7.11. A despesa com o objeto em questão correrá a conta da dotação orçamentária, saldo disponível na dotação para o exercício de 2019, mediante a devida previsão financeira nº

- **SESUC:** UG 181100.04.122.0007.2004.0000 - Natureza de Despesa 3.3.90.39.05 - Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica.

- **SEMAUR:** 161100.18.122.0005.2067.0000.010.116.710.3.3.90.30 / 33.90.39.

- **SO:** 091100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.30.

8. VALORES DE REFERÊNCIA

8.1. Prestação dos serviços de manutenção: Valor de referência da hora técnica (HT)

a) motocicletas Honda: R\$ 74,33 (setenta e quatro reais e trinta e três centavos)

b) motocicletas Dafra: R\$ 70,00 (setenta reais)

8.2. As peças serão fornecidas **através do catálogo oficial das montadoras** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços.

8.3. Valor estimado de consumo para cada Unidade Requisitante participante da Ata de Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses:

a) Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (**SESUC**): Valor total estimado – **R\$ 6.000,00**

a.1) Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda - R\$ 3.000,00

a.2) Serviços de manutenção p/motocicleta Honda - R\$ 3.000,00

b) Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (**SEMAUR**): Valor total estimado – **R\$ 4.465,18**

b.1) Catálogo de Peças Originais para motocicleta Honda - R\$ 3.625,18

b.2) Serviços de manutenção p/motocicleta Honda - R\$ 840,00

- c) Secretaria de Obras (SO): Valor total estimado – **R\$ 15.000,00**
c.1) Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda - R\$ 6.000,00
c.2) Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Dafra - R\$ 1.500,00
c.3) Serviços de manutenção p/motocicleta Honda - R\$ 6.000,00
c.4) Serviços de manutenção p/motocicleta Dafra - R\$ 1.500,00

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Será considerada vencedora, desde que atendidas as especificações constantes do Edital, a proposta que ofertar o **menor valor por item**, ou seja, a que apresente **maior percentual de desconto**, a ser concedido ao Município sobre o preço do catálogo oficial de peças.

Item	Quant.	Especificação
01	1	Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Honda
02	1	Catálogo de Peças Genuínas para motocicleta Dafra
03	1	Catálogo de Peças Originais para motocicleta Honda

10. RELAÇÃO DAS MOTOCICLETAS

- moto Honda/NXR 125 Bros ES, Ano: 2013/2013, Placa: OWN-0667, Patrimônio: 159850, Setor: Guarda Municipal.
- moto Honda/NXR 125 Bros ES, Ano: 2013/2013, Placa: OWN-0832, Patrimônio: 159852, Setor: Guarda Municipal.
- moto Honda/CBX 250 Twister, Ano: 2005/2005, Placa: HCX-6985, Patrimônio: 118989, Setor: Defesa Civil.
- moto Honda CG-125 cargo, ano: 2002/2002, placa GYF 4412, patrimônio 90533.
- moto Honda CG-125 cargo, ano: 2002/2002, placa GYF 4413, patrimônio 90529.
- moto Dafra Speed-150, ano: 2011/2011, placa HGM 9081, patrimônio 148273.
- moto Honda XLR-125, ano: 1997/1997, placa GVB 2320, patrimônio 57817.
- moto Honda CBX Twister 250, ano: 2007/2007, placa HFM 0036, patrimônio 125555.

